



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



SUMÁRIO

Apresentação	4
Apresentação Introdutória	5
1.Contextualização	6
2. Missão Institucional	11
3. Finalidades	11
4. Princípios ou Pressupostos Fundamentais	14
5. Políticas Institucionais	16
5.1. <i>Políticas de Indissociabilidade</i>	16
5.2. <i>Política de Pesquisa</i>	18
6. Linhas de Pesquisa	19
6.1. <i>Iniciação científica</i>	19
6.2. <i>Monitoria</i>	20
7. Capacitação Docente	20
8. Produção Acadêmica Institucionalizada	21
9. Política de Ensino	21
10. Política Para o ensino de Graduação	23
10.1. <i>O Princípio da Interdisciplinaridade</i>	24
10.2. <i>O Princípio da Articulação entre Teoria e Prática</i>	24
10.3. <i>O Princípio da Intencionalidade dos Processos</i>	26
10.4. <i>Política de Avaliação do Estudante</i>	26
11. Política para o Ensino de Pós-Graduação	26
12. Interação Ensino, Trabalho e Comunidade	27
13. Política de Extensão	28
14. Políticas de Gestão	29
15. Políticas de Articulação e Atualização dos Instrumentos de Gestão ..	30
16. Sustentabilidade Financeira	30
17. Capacitação de Recursos	30
18. Relação da Instituição com a Comunidade Acadêmica	32
19. Política de Avaliação e Planejamento	33
20. Política de Comunicação e Marketing	34
REFERÊNCIAS	35



O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari –FAFIIMAN explicita as posições da instituição a respeito do homem, do mundo e sua relação com a educação. Ele é a carta magna da constituição pedagógica e andragógica de uma proposta educacional de nível superior e sela o compromisso institucional com as políticas e estratégias para atingir suas finalidades e objetivos.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) deve ser considerado como um instrumento de ação pedagógica destinado a garantir [...] *uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal.* (VEIGA: 2004, p. 16). *O Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.* MEC/CONAES/IPEA - Avaliação externa de instituições de educação superior. Brasília. Fev. 2006 p.35.

O Conselho Estadual de Educação ao normatizar para o Sistema Estadual de Ensino do Paraná, por meio da Deliberação nº 01/10-CEE/PR, norteia as Instituições de Ensino Superior quanto à necessidade de:

Produzir uma nova lógica de organização curricular que expresse uma concepção de currículo enquanto conjunto das atividades nucleares indispensáveis ao processo de produção, de transmissão, de incorporação e de disseminação do saber;

Manter práticas de avaliação continuada dos processos curriculares entendidos como currículos em ação, como forma de garantir a consonância dos fins das IES com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico; Zelar pela qualificação didático-pedagógica do docente, aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras quanto aos métodos e técnicas que levem em conta as especificidades desse nível de ensino e de sua clientela.

Permitir o resgate da unidade dos cursos através do fortalecimento de suas instâncias coordenadoras, visando superar o tratamento fragmentado do conhecimento;

Fortalecer a articulação com os demais níveis de ensino com vistas a reforçar as relações entre as diferentes áreas do conhecimento, sobretudo daquelas voltadas à formação de professores para a educação básica;

Integrar-se às forças sociais em todas as suas instâncias, objetivando a inserção do aluno na realidade concreta.

Construir o aperfeiçoamento pedagógico do sistema de acesso e das condições de permanência do aluno na instituição, de modo a possibilitar a efetiva democratização do ensino.



Apresentação

Há algum tempo, a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari - FAFIMAN vem se mobilizando em torno de uma ampla e participativa discussão de um Projeto Pedagógico Institucional – PPI que pudesse dar base às políticas do desenvolvimento acadêmico.

Neste momento, a Direção da FAFIMAN sente-se em condições de oferecer a esta comunidade universitária o resultado do esforço coletivo de formulação deste PPI. Foram meses de trabalho envolvendo todas as unidades e de todos os setores da Faculdade, contagiando-se docentes, discentes, pessoal técnico-administrativo.

Este é um documento resultado de uma ampla participação política, o que lhe faz merecer o próprio título. Aliás, o caráter político vai ser reafirmado pela natureza do texto destinado a estruturar um conjunto orgânico de políticas capazes de promover o desenvolvimento institucional, com o referencial de qualidade e de excelência na educação superior, o que deve caracterizar uma Faculdade.

Estrategicamente aguardou-se para seu lançamento o momento da aprovação do Estatuto da FAFIMAN pelos Conselhos Superiores da Instituição, assim como do Plano de Metas de 2017. Além da pretendida maturação do texto, estava em questão a conveniência de se ter um PPI aprovado e oficializado no novo contexto da Instituição.

Diferentemente do que se deu em grande número de IES, optou-se por começar a prática dos projetos pedagógicos a partir dos cursos, num processo indutivo que veio das bases da instituição e que agora atinge a sua plenitude na totalidade orgânica da FAFIMAN. A partir deste momento, o PPI passa a refletir-se sobre as novas formulações dos PPCs dos cursos já existentes e de outros que venham a ser criados.



Apresentação Introdutória

Este é um documento que apresenta teórica e metodologicamente a proposta educacional da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari/FAFIMAN, focado no conhecimento a ser produzido e renovado na pesquisa e investigação científica, a ser construído coletiva e socialmente na relação ensino-aprendizagem e a ser aplicado e transferido na extensão.

A construção do conhecimento e o exercício da prática tecnológica e científica devem estar articulados aos valores humanísticos, de forma que sua dinâmica e realização estejam configurados a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.

Elaborou-se e formulou-se este PPI sob a orientação acadêmica de considerarem os seguintes planos:

a) cultural - o histórico da instituição; seus mecanismos de inserção regional; sua missão institucional;

b) filosófico - o âmbito de atuação; os princípios filosóficos gerais; as políticas de administração geral e de gestão acadêmica, de pesquisa, de ensino e de extensão;

c) psicossocial - o perfil humano e perfil profissional de docentes, discentes e colaboradores;

d) organizacional - as concepções de processos de ensino-aprendizagem com a produção do conhecimento e do saber, as novas visões de currículo, de avaliação institucional e de ensino, de planejamento e da estruturação de projetos, de programas e de cursos.

Prof. José Natal de Oliveira
Diretor da FAFIMAN



1 Contextualização

Seguindo uma vocação desenvolvimentista da região, como polo econômico, Mandaguari necessitava de uma faculdade para servir a comunidade local e da região. Iniciou-se então, a realização de um sonho idealizada pelo professor João Welter Júnior e o professor e médico Dr. Augusto Luiz Grohmann Filho e, sob a lei nº 22 de 19/08/1966, regulamentada pelo decreto nº 35, aprovado pelo então prefeito Manoel Donha Sanches, nasceu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, a FAFIMAN (ata redigida em 31/08/1966).

Importante registrar a contribuição que o Dr. Augusto deixou ao longo do período que trabalhou na Faculdade, como um dos idealizadores e depois como professor, afastando-se de suas funções apenas para se aposentar.

As atividades da Faculdade iniciaram-se em março de 1967, nas dependências do atual Colégio Vera Cruz, onde funcionaram as primeiras salas de aula, biblioteca e secretaria para atender aos calouros aprovados no primeiro vestibular realizado para os cursos de Letras, Matemática, História e Pedagogia.

A primeira formatura aconteceu em 13 de fevereiro de 1971, o que representou um marco muito importante para o ensino superior das regiões Norte, Noroeste e Vale do Ivaí do Paraná. Após as dificuldades iniciais terem sido superadas, a Faculdade adquiriu terreno próprio onde foi construído o primeiro pavimento, a primeira fachada da FAFIMAN.

Com as novas instalações e aumento do número de alunos, iniciou-se o processo de reconhecimento da Faculdade, que foi obtido em 17 de outubro de 1973.

Ao longo de cinco décadas de história passaram os seguintes diretores que deram importante contribuição para a consolidação do que é a FAFIMAN hoje:

19/08/1966 a 06/05/1968 – Dr. Cyllênio Pessoa Pereira.

20/09/1969 a 19/09/1973 – Professor Argemiro Aloísio Karling

20/09/1973 a 19/09/1977 – Professor Leonildo Carnevalli

20/09/1977 a 19/09/1981 – Professor Juliano Tamanini

20/09/1981 a 19/09/1985 – Professor José Dena



20/09/1985 a 19/09/1989 – Professor Clara Katsuda Gori
20/09/1989 a 19/09/1993 – Professora Maria José Vaz Toniolo
20/09/1993 a 31/12/1997 – Professor Evilásio Bertoldo Conradi
01/01/1998 a 31/12/2001 – Professor Ivo Miguel Karling
01/01/2002 a 31/12/2005 – Professor José Augusto Ribeiro Júnior
01/01/2006 a 31/12/2009 – Professor Ivan Carlos de Moraes
01/01/2010 a 31/12/2013 – Professor Ivan Carlos de Moraes
01/01/2014 a 31/12/2017 – Professor José Natal de Oliveira

Momento marcante na vida da FAFIMAN aconteceu em 6 de maio de 1999, sob a direção do Professor Ivo Miguel Karling, quando foi inaugurado o prédio atual que comporta toda a parte administrativa e a nova biblioteca. O prédio é uma das referências arquitetônicas de Mandaguari e apresenta em sua fachada a obra do artista mandaguariense Eder Ribeiro Gomes.

A FAFIMAN, durante toda a sua existência pôde contar com o apoio e confiança dos diretores, professores, alunos, colaboradores e a comunidade. União de esforços que resultou nesta Instituição de Ensino respeitada que é hoje.

Possui instalações modernas, com laboratórios de Anatomia Humana, Zoologia e Botânica, Citologia e Histologia, Física, Química e Bioquímica, Semiologia, Informática (2 laboratórios), Apoio Pedagógico e Ensino de Matemática.

Conta ainda com provedor próprio de internet. As salas de aula são adequadas para proporcionar conforto e qualidade para os acadêmicos. Ao todo, a FAFIMAN possui quatro blocos acadêmicos, sendo três térreos e um com dois pavimentos, além do prédio administrativo que comporta ainda todas as instalações para professores e a biblioteca central.

Conta com uma biblioteca ampla, moderna, com todo serviço de empréstimos informatizado, acervo atualizado de livros, revistas especializadas, mapoteca, videoteca, microcomputadores ligados à Internet para atender os acadêmicos e comunidade em geral. Possui um auditório com 200 lugares, Museu, centro poliesportivo, área de convivência anexa e ainda a Empresa Júnior FAFIMAN e Escritório de Assistência Jurídica.



Oferece 13 cursos de graduação: Pedagogia, Letras Anglo-Portuguesas, História, Matemática, Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Educação Física (Licenciatura e Bacharel), Enfermagem e Direito, Tecnologia em Curso Superior de Recursos Humanos. Na área de pós-graduação oferece a cada ano novos cursos voltados às necessidades regionais e possui convênio com o ISAE/FGV para cursos na área de Administração – MBA.

Anualmente, cada departamento promove sua semana científico-cultural, aberta a acadêmicos, egressos e comunidade em geral, com seminários, encontros, palestras, debates e apresentações artísticas. Possui o Informativo FAFIMAN, órgão de divulgação das atividades realizadas, publicado bimestralmente com tiragem de 10.000 (dez mil) exemplares. Realiza, anualmente, o Concurso Nacional de Contos e Poesias, promovido pelo Departamento de Letras e o ERIC – Encontro Regional de Iniciação Científica, realizado pela coordenação do PIIC – Programa Institucional de Iniciação Científica (programa que mantém orçamento para concessão de bolsas para acadêmicos e orientadores nos projetos de iniciação de científica), realizado no mês de agosto e em 2017 terá sua 13ª edição.

Conta com uma publicação indexada para artigos de professores/pesquisadores da FAFIMAN e de outras instituições, a *Revista Diálogos & Saberes*, na versão online, com o Programa de Extensão Universitária (com bolsa para realização de projetos na comunidade).

Ressalta-se ainda que a FAFIMAN é reconhecida como instituição de utilidade pública tanto em nível municipal quanto estadual.

A FAFIMAN – Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, instituição de ensino superior municipal e sem fins lucrativos, foi fundada há 50 anos, sendo uma das mais antigas instituições do Norte/Noroeste do Paraná. Embora seja uma instituição pública, sua manutenção financeira é obtida através das mensalidades pagas pelos acadêmicos, o que não gera ônus para nenhuma das esferas políticas (federal, estadual ou municipal). Além disso, o ingresso de professores se dá através de concurso público e possui programa interno de qualificação de docentes através da oferta de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação *stricto-sensu*.



Ao longo de sua existência, sempre buscou manter uma sintonia com as necessidades da região em que atua. Nos primeiros anos de atuação ofereceu cursos basicamente voltados às licenciaturas, Letras, História, Pedagogia e Ciências, este transformado em Ciências Biológicas e Matemática), haja vista a grande necessidade de professores em uma região que estava sendo desbravada. Com o surgimento de estruturas comerciais formais na região, implantou-se o curso de Ciências Contábeis visando suprir o mercado local de profissionais habilitados para a escrituração fiscal. A partir das transformações sociais ocorridas em função da erradicação das lavouras permanentes da região, e consequente reestruturação urbana, surgiram alguns focos industriais.

Embora esses focos tivessem atuação bastante tímida, vislumbrou-se um novo campo de trabalho: a administração de empresas. Nessa mesma época, frente aos grandes avanços experimentados nas tecnologias computacionais – e o barateamento de tais tecnologias, permitindo sua utilização pela maioria das empresas, independentemente de seu porte – levou a FAFIMAN a criar e implantar um curso de Informática, hoje transformado em Ciência da Computação. Por fim, a sociedade começou um processo de conscientização com relação ao meio ambiente e maneiras de preservá-lo. A FAFIMAN, enquanto academia entende que qualquer ação prática de intervenção no meio ambiente deve, necessariamente, ser precedida de bases fundamentadas na teoria, motivo pelo qual criou e implantou o curso de Ciências Biológicas.

Entretanto, as mudanças não param de ocorrer. A dinâmica da sociedade e os avanços científicos permitiram a criação de novas tecnologias que trouxeram mais conforto e, considerando-se o lapso de tempo de meio século, praticamente dobraram a expectativa de vida do ser humano. Nesse cenário, descortinou-se um novo desafio: viver mais e melhor, ou seja, o aumento da expectativa de vida deve ser acompanhado de mecanismos que proporcionem saúde e qualidade de vida. A partir dessa nova situação, a FAFIMAN passou a realizar estudos no sentido de criar e implantar cursos que venham ao encontro das novas necessidades.

A FAFIMAN, pioneira no ensino superior no Noroeste do Paraná, possui uma área de atuação que abrange 39 municípios (alunos matriculados 2017), com



uma população de 1.038.502 de habitantes (projeção IBGE – 2015) e um território de cerca de 11.528 quilômetros quadrados.

ORDEM	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA (Km2)
1	Apucarana	130.430	558
2	Arapongas	115.412	381
3	Astorga	25.976	435
4	Barbosa Ferraz	12.487	539
5	Bom Sucesso	6.944	323
6	Borrazópolis	7.497	334
7	Califórnia	8.505	334
8	Cambira	7.708	163
9	Corumbataí do Sul	3.749	164
10	Fênix	4.908	234
11	Floresta	6.467	158
12	Florestópolis	11.205	246
13	Flórida	2.674	83
14	Guaraci	5.434	244
15	Godoy Moreira	3.245	131
16	Itambé	6.192	244
17	Ivaiporã	32.170	432
18	Jaguapitã	13.174	475
19	Jandaia do Sul	21.203	188
20	Jardim Alegre	12.191	394
21	Kaloré	4.438	193
22	Lidianópolis	3.774	169
23	Lobato	4.690	241
24	Lunardelli	5.127	199
25	Mandaguari	34.289	336
26	Marialva	34.388	475
27	Maringá	397.437	488
28	Marumbi	4.755	208
29	Munhoz de Melo	3.909	137
30	Nossa Senhora das Graças	4.064	186
31	Novo Itacolomi	2.907	162
32	Pitangueiras	3.073	123
33	Rolândia	63.316	460
34	Roncador	11.065	751
35	Rosário do Ivaí	5.367	371
36	Sabáudia	6.585	190
37	São João do Ivaí	11.228	353
38	São Pedro do Ivaí	10.799	323
39	Sarandi	90.376	103
TOTAL		1.139.158	11.528



2 Missão Institucional

“Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, através do aprimoramento constante de seus recursos humanos, físicos e tecnológicos, de forma a educar gerações, criando agentes de transformação para intervirem no desenvolvimento da sociedade, valorizando o ser humano em sua integralidade e o respeito ao meio-ambiente”.

3 Finalidades

O Projeto Pedagógico Institucional - PPI desta Faculdade, por sua própria natureza e em vista da temática que abrange e articula, é um documento sintético e programático. Ele pretende, porém, conter com clareza e precisão a proposta filosófica e educacional da instituição, ou seja, qual a pedagogia e a andragogia a que se propõe a ação educacional da FAFIMAN.

Desse modo, explicita as posições da instituição a respeito do homem, do mundo e de sua relação na educação, demonstrando como a instituição vê a si mesma, como vê a sociedade a que serve e que tipo de homem pretende formar. Essas categorias básicas de um pensamento educacional não significam conceitos ou noções isoladas e destinadas a compor um discurso oficial, mas uma concepção de valores que dão o conteúdo e a substância da prática cotidiana da organização educativa. Esta é uma perspectiva axiológica.

Dir-se-ia que, por seu PPI, a FAFIMAN procura ter claro para onde vai, nas finalidades, objetivos e metas a perseguir. Mais ainda importa ter claro onde não quer ir. Esta é a visão dos conhecimentos e deliberações que definem a conduta de uma pessoa adulta.

A FAFIMAN define-se como uma instituição pública, sem fins lucrativos, mantida por recursos próprios, de direito público, que se constitui num empreendimento econômico, social, educacional e cultural de uma comunidade marcada pelas desigualdades regionais e estruturais do país. Nesse quadro, a



Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências de Mandaguari – FAFIMAN se propõe como oferta de oportunidades de ensino e de assistência à população, sem visar à apropriação de lucro, mas dependendo da produção econômica dos serviços que presta.

Em 50 anos de história, a FAFIMAN caracteriza-se como uma Instituição de responsabilidade social inspirada em uma proposta de atendimento e de serviço ao município e região onde se encontra inserida.

Assim, a FAFIMAN apresenta o perfil de uma Instituição sem a figura do “dono” ou “proprietário” buscando seus próprios interesses, mas com a ênfase numa finalidade maior, que é a sua própria missão: “promover a educação, a ciência e a cultura constituindo-se num polo de desenvolvimento regional, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade justa, solidária e ética.”

A FAFIMAN se propõe uma concepção de educação, ciência e cultura como um amplo e aberto processo vital e dialógico em que se integram os indivíduos e os grupos humanos na sua formação e no seu desenvolvimento integral.

Este processo abrange os momentos da conscientização, da socialização, do compromisso histórico das pessoas e das instituições na construção do mundo, preservando sempre, como fundamento do qual depende todo o resto, a liberdade e a autonomia da consciência individual. Essa dialética se exprime na articulação dos postulados da ética, da justiça e da solidariedade.

Por ética entende-se o conjunto de princípios fundamentais que orientam a moral e os costumes dos indivíduos, dos grupos humanos e dos povos e nações. Ela inspira a visão fundamental do bem e do mal para a condução das práticas humanas, sociais e políticas. Como ciência, destaca-se no conhecimento filosófico, como o estudo do comportamento moral dos seres humanos em sociedade.

Torna-se, então, o conjunto de normas de comportamento e formas de vida através do quais os seres humanos tendem a realizar o valor do bem. Inspira a coerência entre os fins e os meios utilizados para alcançá-los no propósito de defender valores fundamentais como a vida e a dignidade humana, o respeito entre os homens. É também a capacidade humana de pensar as próprias finalidades de seu agir social.



Justiça significa a igualdade de todos os cidadãos. É o princípio básico de um acordo ou do pacto que objetiva manter a ordem social através da preservação dos direitos, seja através de sua definição e proteção, seja nos casos de conflito em que se torne necessária alguma forma de arbitragem. Entretanto, [...] a justiça não é uma simples relação extrínseca ou formal, aritmética ou geométrica, dos atos humanos, mas sim a unidade concreta desses atos, de modo a constituírem um bem intersubjetivo, ou, melhor, o bem comum (REALE, 2002).

A ética e a justiça não se exercem sem a solidariedade. Esta é a adesão permanente à causa dos interesses coletivos, especialmente dos que se referem aos mais necessitados. Trata-se da atitude e do sentimento de altruísmo que leva os indivíduos e grupos a tomar decisões que impliquem na consideração maior do bem comum e na dedicação do próprio tempo, recursos e esforços de uma maneira voltada para o bem do outro. É a capacidade humana de se colocar no lugar e na situação do outro, é a compaixão, no sentido mais profundo dos termos, decorrendo daí comportamentos de respeito e colaboração.

Responsabilidade social é a versão institucional da solidariedade. Ao lado daquela que é sua função particular de remunerar um investimento, uma empresa cumpre sua função social quando oferece um bem ou serviço ao mercado, recolhe tributos e gera empregos. É por isso que podemos entender uma empresa como uma instituição social, um agente da sociedade criado com a finalidade de satisfazer necessidades sociais e ecológicas.

Com efeito, a responsabilidade social, um conceito relativamente recente, refere-se à percepção de que indivíduos e organizações têm das obrigações para com a sociedade que não são simplesmente exigidas do Estado.

Responsabilidade social é uma preocupação e uma atuação, tanto de indivíduos como de organizações, para assegurar a satisfação de necessidades do ser humano e da comunidade, na sua convivência social e na sua situação no meio ambiente.

Assim, enquadra-se a trajetória histórica da FAFIMAN. Ela surgiu e cresceu para o desenvolvimento regional, concebendo-o como resultado do crescimento da atividade econômica, social, política, educacional e cultural de forma



articulada, coerente, conseqüente e concomitante à melhoria da qualidade de vida da população.

As ações e decisões econômicas devem levar em conta seus impactos sociais e ambientais, de modo que a qualidade de vida cresça juntamente com os indicadores da produtividade. Assim, o desenvolvimento precisa ser global, articulando ao mesmo tempo os fatores ambientais, demográficos, econômicos e sociais, buscando integrá-los numa totalidade orgânica, rumo à superação das condições de miséria, pobreza e de carência, aumentando a geração da renda, a oferta de trabalho e emprego, combatendo as desigualdades sociais e regionais e proporcionando o acesso aos direitos sociais (saúde, educação, moradia, segurança), com qualidade.

4 Princípios ou Pressupostos Fundamentais

Este Projeto Pedagógico Institucional dispõe de bases teórico e conceituais sólidas e consistentes de modo a garantir a sua conseqüente aplicação e a assegurar o seu coerente desenvolvimento como a proposta coletivamente elaborada pela comunidade acadêmica da FAFIMAN.

A educação é um processo de formação integral, integrada, integrante e integradora das pessoas e dos grupos. Ela se faz na liberdade do ser humano.

Dessa forma, reside o fundamento da autonomia moral e intelectual, que é uma capacidade a ser exercida pelos atores do processo educacional, e seu desenvolvimento se dá em função de uma prática educativa, coerentemente com esta finalidade.

O acadêmico é considerado, antes de tudo, como uma pessoa, autônoma e livre, na sua identidade bio-psíquico-social, histórico-cultural, nas suas particularidades, interesses e necessidades, sujeito de um processo de inter-relações e de interações históricas de humanização, de personalização, de socialização e politização, na construção do mundo.

O profissional docente, como agente desse processo educativo, define-se



em uma função pedagógica e andragógica de diálogo permanente em que importa que seja capaz de interrogar constantemente sua própria prática, assim como orientar o estudante nesse sentido para que ambos reconstruam suas concepções, sua maneira de olhar o mundo e seu engajamento nas práticas sociais, como cidadãos e como profissionais.

O processo de desenvolvimento da capacidade de aprender e do pensamento crítico se faz com o aperfeiçoamento da comunicação interpessoal no uso das linguagens, como meio de constituição dos conhecimentos e da formação de atitudes e valores. Assim se fixam as bases teóricas da concepção do currículo dos cursos e programas.

A interdisciplinaridade didática, decorrente da unidade e da integração do objeto do saber, será buscada pela constante cooperação entre as áreas do conhecimento e os campos de suas confluências. Esta posição epistemológica supõe um eixo integrador, a constituir-se como um objeto de um projeto de investigação – pesquisa, de uma proposta de construção científica - ensino e um plano de intervenção, aplicação e transferência - extensão.

A atividade investigativa e o exercício da extensão, por serem fundamentais à vida acadêmica, estão articulados e integrados indissociavelmente ao ensino.

A prática investigativa promoverá a formação do cidadão participativo e do profissional reflexivo que não apenas se utiliza do conhecimento e da técnica, mas recria e atualiza novas formas de domínio, apropriação e aplicação do saber científico para o bem comum da sociedade. Desse modo formam-se os fundamentos da integração entre as funções essenciais da educação superior.

O ensino em todos os seus níveis e graus haverá de concretizar-se pela articulação entre teoria e prática profissionais, pela otimização e flexibilização dos currículos, pela qualificação e dedicação docente às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e programas.

A eficiência, a eficácia e efetividade da educação e do ensino, em todos os seus níveis e graus, sua relevância, pertinência e qualidade constituem-se em



objeto de permanente avaliação institucional e de desempenho, interna e externa, envolvendo a totalidade da organização e suas partes integrantes.

A produção científica far-se-á no âmbito das atividades de ensino, estruturadas curricularmente nas propostas pedagógicas de cada curso ou programa em projetos de disciplinas, de áreas e de campos temáticos, articulados com o desenvolvimento da investigação científica de professores, estudantes, técnicos e com a prática das atividades de extensão.

5 Políticas Institucionais

Desde as primeiras elaborações surgidas, tem-se revelado como um eixo condutor da reflexão a indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão, preferindo-se apresentar esta trilogia a partir da pesquisa que produz o conhecimento, para o ensino que o constrói na sua transmissão dinâmica e social e para a extensão que transfere e aplica este conhecimento.

Assim, pretende-se chamar a atenção para a lógica do processo de integração e de indissociabilidade, tendo o conhecimento como o núcleo definidor. Por esta via, supera-se a perspectiva gerencial e burocrática de uma divisão do trabalho universitário.

As três funções se exercem, porém, num contexto de administração geral dos recursos e meios e de uma gestão acadêmica centrada nos processos de produção de qualidade.

Para articular a complexidade deste universo de ação coletiva e social, propõem-se o Projeto Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

5.1 Política de Indissociabilidade

O princípio da indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão não quer dizer que cada docente seja transformado em professor pesquisador e extensionista. Na instituição de ensino superior, considera-se essencial que a



investigação, a transmissão, a aplicação e transferência do conhecimento se façam permanentemente, em uma articulação e em uma integração essencial. Todo ensino envolve a perspectiva da produção e da inovação do conhecimento.

A função institucional da pesquisa ou investigação filosófica, científica, artística e literária é configurada como um processo de produção do conhecimento novo, em torno de objetos definidos e respondendo a uma problematização específica, segundo uma metodologia precisa, e concebe-se como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a pesquisa e o ensino de forma indissociável. Do mesmo modo, é a extensão que viabiliza e operacionaliza a relação transformadora e biunívoca entre Universidade e Sociedade, Sociedade e Universidade.

O Plano Nacional de Extensão Universitária assim apresenta a extensão: as atividades de extensão devem significar uma troca sistemática e permanente de saberes, por meio de uma comunicação produtiva com a sociedade. A Instituição, por intermédio da extensão, proporcionará o desenvolvimento acadêmico e cultural e promoverá a ação social e a prestação de serviços articulados com as diferentes demandas. A extensão deve basear-se nas demandas da sociedade, de forma que as ações e transformações decorrentes promovam o desenvolvimento regional.

As atividades dos cursos de graduação e pós-graduação garantirão a indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão. Assim sendo, os projetos pedagógicos dos cursos devem explicitar como se dará a indissociabilidade no desenvolvimento de suas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Orientação semelhante há de ser seguida também pelos fóruns de produção acadêmica das faculdades, devendo ficar claro em seus projetos as maneiras como será garantida a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.



5.2 Política de Pesquisa

A função institucional da pesquisa ou investigação filosófica, científica, artística e literária é configurada como um processo de produção do conhecimento novo, em torno de objetos definidos e respondendo a uma problematização específica, segundo uma metodologia precisa. Mas, se, por um lado, a vulgarização do termo pesquisa leva a confundi-la com qualquer atividade intelectual, tirando-lhe sua natureza própria, não se pode, por outro lado, negar a dimensão de pesquisa presente em toda atividade didática, não só na formação do hábito e da atitude de investigação, no estímulo à criatividade e no despertar da curiosidade, mas também na sedimentação de uma mentalidade e de um comportamento científico. Ela é entendida como princípio de formação, indissociável do ensino e da extensão. Como se estabelece no Projeto Institucional da FAFIMAN, a pesquisa deve ser entendida como atividade que atravessa a sala de aula, não como atividade superior ou exterior à prática pedagógica, mas como necessidade cotidiana, partindo da prática e voltando a ela para aprimorá-la

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora do social. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Brasil, 2004).

A política de pesquisa da FAFIMAN estrutura-se a partir da iniciação científica articulada com o consolidado programa de monitoria, do estímulo à capacitação e qualificação docente. Esta política se volta para a produção acadêmica institucionalizada, em linhas de pesquisa a serem implementadas em um



amplo Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão.

6 Linhas de Pesquisa

Seguindo o conceito utilizado pelo CNPq, as linhas de pesquisa “representam temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidade entre si”

Considerando as características da FAFIMAN, torna-se de relevância a definição de linhas de pesquisa de acordo com os objetivos institucionais e de sua missão para o desenvolvimento integrado da atividade de investigação e funcionam como referenciais gerais para a construção, articulação e realização de projetos, auxiliando nas decisões sobre o rumo e nas definições dos objetos de investigação no contexto da Faculdade.

São importantes na delimitação dos campos específicos do conhecimento em que os estudos e projetos serão inseridos, além de oferecerem orientação teórica e procedimentos adequados aos pesquisadores envolvidos.

6.1 Iniciação Científica

A iniciação científica é um processo educativo fundamental para a criação de uma cultura de pesquisa na instituição, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão e não apenas formando futuros pesquisadores. É imprescindível que ela aconteça no contexto de projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes, ligados às linhas de pesquisa definidas pela instituição, ou, pelo menos, através da monitoria, que assume uma relação fundamental com a iniciação científica.

Entretanto, a concepção que se quer dar à Iniciação Científica é de integração com o ensino, não fazendo desta um simples programa de bolsa ou de estímulos para um grupo selecionado. A investigação científica para a qual devem



ser despertados todos os estudantes em toda ação didático-pedagógica, é que se constitui o cerne desta iniciação.

Como um programa de incentivos, a Iniciação Científica é uma das linhas de atuação do PROBIC/PIIC e PROEX- Projeto de Extensão e se realizará sempre a partir dos períodos iniciais dos cursos de graduação, recomendado-se, inclusive, que se abra espaço nos currículos para a inclusão destas atividades.

A FAFIMAN apoiará as ações de iniciação científica, valendo-se dos meios possíveis e disponíveis, desde o financiamento próprio, de acordo com as condições institucionais, como junto aos órgãos de fomento, parceria com empresas e com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

6.2 *Monitoria*

O principal objetivo da monitoria é despertar no estudante o interesse pela carreira docente, recorrendo-se, para isso, ao exercício de atividades que auxiliem os professores no desenvolvimento de seus fazeres técnicos e didáticos.

A monitoria, além de possibilitar o estímulo à docência e promover a cooperação entre estudantes e professores, define-se como um processo de iniciação à pesquisa, integrada com a iniciação científica, devendo garantir o desenvolvimento de atividades de Iniciação Científica, assegurando aos estudantes monitores espaços de socialização da produção acadêmica institucional.

7 Capacitação Docente

Uma conquista histórica da FAFIMAN foi o Programa de Incentivo à Capacitação Docente, em aplicação na instituição. Este Projeto Pedagógico Institucional preconiza a sua continuidade como ferramenta institucional de fomento à pesquisa e à formação do pessoal docente.

Nas avaliações do Programa, deve-se atenção especial ao seu impacto na formação de pesquisadores e sua articulação com a produção acadêmica



institucionalizada, integrada com as atividades de pesquisa, ensino, extensão.

8 Produção Acadêmica Institucionalizada

A política de produção acadêmica da FAFIMAN procura atender a todas as demandas oriundas da instituição, de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo, dentro das linhas estabelecidas pelo PROBIC/PIIC e PROEX. Isto significa que deverão ser contempladas todas as modalidades de apresentação de trabalhos científicos, em diferentes mídias, de acordo com a especificidade do produto.

A Instituição estimulará as diversas modalidades de produção acadêmica: a bibliográfica (monografias, dissertações, teses, trabalhos em eventos, publicação de artigos e livros), a técnica (softwares, produtos, processos, trabalhos técnicos, propriedade intelectual) e a cultural (produções artísticas e afins).

As normas de publicação de todas as modalidades de produção acadêmica serão elaboradas de acordo com os critérios indicados pelas instituições de normatização reconhecidas internacionalmente. É recomendável que os trabalhos de conclusão de curso e/ou monografias dos cursos de graduação e pós-graduação estejam vinculados às linhas de pesquisa institucionalizadas.

9 Política de Ensino

A função institucional do ensino é constituída como um processo de socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, na atividade de investigação.

O ensino precisa ser visto numa perspectiva dinâmica de processo estrutural de construção do conhecimento e não numa visão estática de transmissão passiva de conteúdos de disciplinas isoladas, marcadas pela divisão das ciências da epistemologia positivista.



A revisão dos currículos, sob esta nova orientação teórica, faz-se no sentido de garantir uma integração orgânica do processo formativo, superada uma concepção conteudística.

Nesta abordagem exige-se a participação ativa de docente e discente, superando-se a didática reprodutivista, centrada no professor. Importa que este se renove e atualize-se continuamente nas fontes da pesquisa ou da investigação sistemática.

Depois da consideração da função de investigação científica através da pesquisa, chega-se logicamente à função da construção do conhecimento no ensino. Supera-se deste modo a concepção tradicional de uma simples transmissão repetitiva de dados e informações através de aulas e exposições.

O ensino passa a ser visto como uma vinculação ao polo unificador do processo: pesquisa que gera ensino e que se traduz socialmente na extensão. Ultrapassa-se a visão de antigas escolas superiores voltadas essencialmente para o ensino de conteúdos e não para a formação do profissional e do homem.

O ensino que a FAFIMAN proporciona a seus estudantes garante a qualidade técnica necessária à formação profissional e ao mesmo tempo a inserção social cidadã, ativa e participativa. Para isso, o ensino se articula indissociavelmente à pesquisa e à extensão, como forma indispensável de garantir aos estudantes aquela formação profissional de qualidade ao mesmo tempo comprometida com as demandas sociais e ambientais.

A interdisciplinaridade será buscada pela constante cooperação entre áreas do conhecimento. Ela supõe um eixo integrador, que pode ser um objeto de conhecimento, identificado num projeto de pesquisa, num plano de intervenção, no desenvolvimento de uma unidade didática.

O princípio da interdisciplinaridade se apresenta como uma orientação fundamental para a constituição dos currículos nos projetos pedagógicos dos cursos. Sob o foco da interdisciplinaridade, abre-se espaço para que se implantem metodologias inovadoras, especialmente as metodologias ativas, nas práticas de ensino da instituição.



Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação devem sinalizar os eixos de integração temática, as linhas de pesquisa e as linhas de extensão. Além disto, indicarão a construção da interdisciplinaridade, como indutor da iniciação científica e das inovações metodológicas, particularmente das metodologias ativas do processo ensino-aprendizagem.

Seguindo ainda esta linha de integração e inovação, é imprescindível que os espaços de prática profissional oferecidos pela instituição permitam estreita articulação com a formação teórica oferecida. Isto vale também para os cursos de pós-graduação que se articulam aos cursos de graduação oferecidos pela FAFIMAN.

A instituição incentiva a prática profissional com estreita articulação com a formação teórica oferecida, na lógica do processo de interação ensino, trabalho e comunidade.

Importa ainda registrar a preocupação da instituição com a inclusão educacional de estudantes que apresentem deficiências e insuficiências a serem especialmente contempladas, superando a visão de políticas compensatórias que já estigmatizavam segmentos do corpo discente.

A FAFIMAN se propõe a desenvolver ações que integrem no processo acadêmico todos os seus estudantes, tanto aqueles com necessidades especiais, quanto aqueles com lacunas no processo de educação básica.

10 Política para o Ensino de Graduação

A FAFIMAN busca estruturar os currículos de seus cursos numa visão renovada pela epistemologia contemporânea e pela consciência crítica e histórica de sua responsabilidade social, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da FAFIMAN, a qual implica no compromisso da formação do cidadão, com as características seguintes:

- formação na graduação de qualidade, pluralista, crítica e reflexiva, que articula as especificidades das competências técnicas da formação profissional com equilíbrio com a formação geral, humanística e ética;



- capacitação e habilitação para acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, necessária à atuação profissional;
- compromisso com o desenvolvimento regional, interagindo nos vários níveis de atuação, demonstrando engajamento com as questões ligadas à sustentabilidade social e ambiental;
- capacidade de promover programas e serviços que interajam com as demandas da comunidade, equacionando problemas e buscando soluções compatíveis com a realidade;
- disponibilidade para o trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional.

10.1 O princípio da Interdisciplinaridade

O desenvolvimento de atividades e projetos de cunho interdisciplinar favorece a formação de profissionais pluralistas e ao mesmo tempo com domínio adequado do saber técnico em sua área de atuação.

Este é um caminho viável para a superação da fragmentação, contribuindo para a construção de um perfil de egresso que tenha domínio sobre seu campo de conhecimento e seja capaz de dialogar com outros saberes, num processo permanente de autoformação. É fundamental que a execução dos currículos supere o fechamento da grade disciplinar e parta para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares consistentes.

É também importante que os cursos de graduação e pós-graduação explicitem, em seus projetos pedagógicos, os eixos de integração temática, as linhas de pesquisa e a integração com a extensão, com vistas a trabalhar a construção da interdisciplinaridade, a iniciação científica e a inserção crítica do estudante no contexto social.

10.2 O Princípio da Articulação entre Teoria e Prática

A articulação teórica e prática baseia-se na tese segundo a qual o



conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Eis aí uma aplicação do conceito de práxis na área das ciências da educação. Trata-se também de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

As metodologias ativas dão uma importante contribuição a esta articulação. Assim, é fundamental que as unidades acadêmicas estimulem a aplicação de metodologias ativas do processo ensino-aprendizagem como instrumento de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da pesquisa.

Outrossim, na graduação é fundamental que haja a articulação entre teoria e prática profissionais, pela otimização dos currículos e atividades complementares, pela qualificação e dedicação docente às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e centros.

10.3 O Princípio da Intencionalidade dos Processos

A intencionalidade a ser dada aos processos pedagógicos e didáticos estará colocada claramente nos projetos pedagógicos dos cursos, indicando, dentre outros, os seguintes elementos na execução do currículo:

- visão clara de um perfil definido de formação geral;
- pleno desenvolvimento do estudante, sob o prisma da competência técnica, da formação humanística e ética;
- seu preparo para a inserção social ativa e sua qualificação para o trabalho;
- desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica;
- promoção e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos.



10.4 Política de Avaliação do estudante

Uma nova visão do processo de formação e de ensino-aprendizagem exige a reformulação dos antigos parâmetros avaliativos e dos critérios de desempenho na graduação e na pós-graduação. Tal reformulação constará nos projetos político-pedagógicos dos cursos e sobretudo será objeto da educação permanente e da formação continuada dos docentes.

Do ponto de vista da articulação entre pesquisa, ensino e extensão, a execução do currículo adquire novas formas, considerando uma atitude de abertura na construção e assimilação dos conhecimentos, tendo o docente muito mais um papel de liderança e facilitação do que de detentor exclusivo do saber.

A avaliação enfoca muito mais os processos e seus resultados do que propriamente o domínio e a repetição de conteúdos. Trata-se de um movimento formativo dinâmico, aberto a novas formas de aprendizagem e à troca de saberes entre campos e disciplinas. É desejável que, em lugar de uma disciplina Metodologia da Pesquisa, o princípio pedagógico da iniciação científica se aplique numa ação articuladora presente em todos os currículos dos cursos.

11 Política para o Ensino de Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela FAFIMAN definem-se como um processo de ensino-aprendizagem com as características de:

a) integração das funções de pesquisa, de estudos especializados e de suas aplicações em uma área específica;

b) envolvimento de um corpo docente de comprovada capacidade, competência, titulação, experiência acadêmica e profissional, integrado nas funções de ensino, pesquisa e extensão;

c) participação de um corpo discente selecionado segundo critérios da capacidade e do interesse para o nível de estudos especializados e de iniciação à pesquisa.



Os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm como finalidade atender a demanda de pessoal de nível superior por formação e capacitação em nível de pós-graduação *lato sensu*, através da promoção e do fomento de estudos especializados, nas diversas áreas de conhecimento desenvolvidas na FAFIMAN, contribuindo para a qualificação de profissionais, com vistas ao desenvolvimento regional.

De acordo com política já implantada na instituição, compete aos cursos de graduação propor e promover cursos de especialização em suas áreas, buscando a integração com a pós-graduação.

A FAFIMAN se propõe a estabelecer acordos de cooperação, convênios e parcerias que possam viabilizar a médio prazo a implantação de cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

A função institucional da extensão se concebe como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a pesquisa e o ensino de forma indissociável.

Como se lê no Projeto Pedagógico Institucional da FAFIMAN, as atividades de extensão devem significar uma troca sistemática e permanente de saberes, por meio de uma comunicação produtiva com a sociedade, nas seguintes linhas programáticas: a) disseminação e divulgação da produção acadêmica (publicações e eventos); b) ações de assistência (hospitais, clínicas, núcleos de práticas diversas), c) prestação de serviços (assessorias, consultorias e outros atendimentos), d) atividades culturais (produtos e manifestações artísticas), e) atividades político-sociais e comunitárias (movimentos político-sociais e comunitários diversos).

12 Interação Ensino, Trabalho e Comunidade

Considerando a importância dessa interação e suas vantagens para a profissionalização dos estudantes em curso de graduação e de pós-graduação, as



políticas de formação orientam-se pela confluência da teoria e da prática priorizando atuação em cenários reais com atores sociais (docentes, discentes e da comunidade) em interação, intervindo e modificando a realidade em consonância aos pressupostos da missão da FAFIMAN.

Mais do que uma linha da atividade universitária de extensão, trata-se de uma orientação geral de todas as ações programáticas dos currículos dos cursos. Verifica-se que a inserção do estudante na lógica da interação ensino e trabalho, compatibilizando o processo de formação com o processo de inserção no mundo do trabalho, deva-se operar de forma incluyente ao longo de todo o curso. Supera-se a ideia de inserção precoce, como se esta se fizesse antes do tempo. Disto decorrem exigências e desafios de reorganização e reestruturação dos serviços e dos atores sociais.

O processo de interação ensino, trabalho e comunidade é essencialmente interdisciplinar e multiprofissional, devendo considerar as demandas da comunidade assim como as potencialidades e especificidades dos diferentes cursos e centros.

13 Política de Extensão

A extensão é uma via para a IES transferir ao conjunto social o que ela tem de mais consolidado, em termos da construção do conhecimento. À medida em que ela se consolida nessas áreas, vai gerando na sociedade a expectativa de ter acesso a esse conhecimento, em face da prestação de serviços à comunidade.

A extensão, longe de ser uma atividade rotineira ou meramente prestadora de serviços, será vista como indispensável canal de integração entre a instituição e a sociedade.

A função institucional da extensão se concebe como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a pesquisa e o ensino de forma indissociável. Do mesmo modo, é a extensão que viabiliza e operacionaliza a



relação transformadora e biunívoca entre IES e sociedade, sociedade e universidade.

Para que seja garantida a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, faz-se necessária a implementação de políticas integradoras que visem a efetiva indissociabilidade, pois é a integração destas três atividades que garante a formação integral do educando.

A extensão se distingue do ensino e da pesquisa por sua natureza de aplicação e transferência e por sua destinação à comunidade externa.

A primeira política de extensão da FAFIMAN se define pela exigência de integração de todas as ações da instituição, nas funções universitárias da pesquisa e do ensino, no sentido de sua destinação ao serviço da sociedade. Supera-se a concepção de serviço à sociedade como sendo umas ações dispersas ou isoladas no campo das artes, da cultura da prestação de serviços, da assistência etc. Ultrapassa-se a antiga visão de uma extensão definida como atividade “extramuros”, “extraclasse” ou até “extracurricular”.

Define-se, pois, a vinculação dos órgãos suplementares e das diferentes unidades com as finalidades do ensino e da pesquisa, previstas nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

14 Políticas de Gestão

Por sua natureza, o PPI se destina à orientação da atividade fim da instituição. Ocorre, porém, que a gestão do processo acadêmico supõe uma administração geral que garanta as condições operacionais e os recursos e meios necessários.

Estas diretrizes políticas e estratégias de operação são objeto de planejamento e execução por meio do PDI, do plano de metas plurianual, preferencialmente organizados em torno de programas e projetos específicos. Por esta razão, aqui se expõem as seguintes políticas gerais:



15 Política de Articulação e Atualização dos Instrumentos de Gestão

Os documentos institucionais são considerados de forma articulada, respeitando a natureza própria de cada um.

A atualização do PPI, PDI e dos PPCs não pode deixar de considerar a legislação do ensino superior – Leis, Decretos, Resoluções, Diretrizes Curriculares Nacionais, Deliberações e Pareceres do CEE/PR etc., tendo em conta a realidade socioeconômica e cultural da Instituição e de seu entorno.

- Constituem-se parâmetros institucionais para atualização dos PPI, PDI e PPCs os estatutos, regimentos e resultados das avaliações internas e externas.
- O PDI, além dos documentos acima mencionados, reportar-se-á necessariamente ao PPI.
- Os PPCs, além dos documentos acima mencionados, levarão em consideração o PPI e o PDI.
- As alterações do PPI, PDI e PPCs obedecerão às exigências legais e necessidades institucionais.

16 Sustentabilidade Financeira

Para que haja condições de desenvolvimento do projeto acadêmico, é necessário que se assegurem os recursos humanos, materiais e financeiros. Não pode haver gestão acadêmica que se dissocie da realidade econômico-financeira da instituição e da sociedade, sem omitir a influência das forças do mercado.

17 Captação de Recursos

A FAFIMAN produzirá política própria de captação de recursos. Tal política orientar-se-á pelos princípios institucionais, seguindo a direção da regionalização apontada na Missão da IES.

Para contribuir na formulação desta política, este PPI levantou na comunidade algumas sugestões, a saber:



- estabelecer convênios com prefeituras e empresas, órgãos públicos e privados com o objetivo de ampliar a demanda para os cursos de graduação, pós – graduação, extensão e de serviços assistenciais;
- estimular o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino médio para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação da FAFIMAN;
- identificar as necessidades e demandas e estimular a oferta de cursos de graduação, sequenciais, de extensão e de pós-graduação;
- promover a realização de projetos no âmbito dos cursos de graduação e das unidades prestadoras de serviços que possam gerar receitas ou aumentar a visibilidade da instituição;
- fomentar e viabilizar a realização de consultorias pelos docentes, nos termos regulamentados pela política de captação de recursos;
- identificar potencialidades e viabilizar parcerias para a comercialização de produtos de natureza tecnológica desenvolvidos na instituição;
- definir as condições para o exercício do trabalho voluntário e regulamentá-lo no âmbito da instituição;
- garantir a socialização da produção acadêmica docente e discente difundida através de diversos eventos acadêmicos e da provisão de meios para a publicação em veículos de divulgação científica. Esta produção submete se a uma prioridade definida por critérios de qualidade acadêmica;
- promover uma política de valorização do profissional docente baseada também em experiência profissional e não somente em titulação acadêmica;
- selecionar pessoal técnico-administrativo pautada por critérios de qualificação profissional, levando em conta a análise do currículo e a avaliação da experiência profissional. O objetivo maior será ditado pelas finalidades da instituição.

Com o desenvolvimento de projetos articulados em linhas de pesquisa, espera-se que se abram caminhos para a consequente captação de recursos que viabilizem a atividade de investigação científica e de produção acadêmica. Neste sentido, esta captação específica será feita observando o que estiver disposto nos



orçamentos dos projetos aprovados pela FAFIMAN e obedecendo à política geral de parcerias da instituição.

As fontes de recursos poderão ser órgãos de fomento, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros. Visando à integração regional e ao atendimento adequado às demandas do contexto, procura-se incentivar o trabalho conjunto com outras instituições de ensino superior no desenvolvimento de projetos de pesquisa em convênios e acordos de cooperação científica e outras parcerias.

18 Relação da Instituição com a Comunidade Acadêmica

Para atingirem-se as finalidades e objetivos do processo de gestão acadêmica, a FAFIMAN envidará todos os esforços para a composição e manutenção de um corpo docente com fixação e dedicação. Para isto se estabelecem incentivos específicos.

- A FAFIMAN se compromete a aprimorar a política de bolsas de estudo da instituição, com critérios bem definidos e divulgados, observando-se a legislação específica.
- Todos os setores têm a obrigação de atender e orientar os estudantes nas suas demandas, encaminhando-as aos órgãos competentes as solicitações, críticas e sugestões apresentadas, promovendo o efetivo retorno das questões trazidas.
- As instâncias acadêmicas e administrativas, de acordo com este PPI e com os PPCs dos cursos, reconhecem e promovem o caráter educativo das atividades de representação estudantil, imprescindíveis ao exercício da cidadania.
- A Instituição estimulará e garantirá as relações de cooperação entre os diversos órgãos de representação estudantil.
- A elegibilidade dos representantes estudantis deve ser garantida, resguardando-os de qualquer tipo de constrangimento.
- O corpo técnico-administrativo será capacitado para um atendimento de qualidade aos corpos docente e discente.
- A instituição promoverá melhoria contínua dos seus processos



administrativos, de modo a garantir agilidade e resolutividade no atendimento ao corpo docente e discente.

- A estrutura organizacional da instituição será integrada, mais próxima e mais disponível à sua comunidade acadêmica, ou seja, o discente, com flexibilização e simplificação dos processos administrativos.
- As práticas esportivas, artísticas e culturais, bem como os espaços de convivência e lazer, serão estimulados e garantidos.
- Os gestores acadêmicos incentivarão a participação discente nas atividades de extensão e pesquisa.
- Promover-se-ão a atuação e a divulgação dos serviços oferecidos pelos setores que atendem ao corpo discente.
- A instituição estimulará e garantirá as relações de integração entre os cursos com a participação do corpo discente nas dimensões da pesquisa-ensino-extensão.

19 Política de Avaliação e Planejamento

A instituição reconhece e vem incorporando a cultura da autoavaliação e da avaliação externa na sua prática, o que tem sido um sólido suporte para sua transformação e aprimoramento.

Esta avaliação deverá ser conduzida por um órgão próprio da instituição posto no contexto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES.

Internamente, a avaliação institucional articula-se com o planejamento em todos os seus níveis, fornecendo-lhe a consistência técnica dos diagnósticos conjunturais e estruturais e a coerência política da participação de todos os segmentos.

A FAFIMAN se dispõe a promover intervenções de caráter institucional com base em avaliações externas, tanto aquelas solicitadas como aquelas determinadas por órgãos oficiais. Estas avaliações externas estão integradas à avaliação interna, relacionando-se com a realidade local.

A avaliação institucional vem se revelando na FAFIMAN como um



mecanismo imprescindível de transformação, num processo dinâmico, de caráter ativo e não apenas de cunho descritivo.

São sínteses progressivas que se acumulam num processo gradativo, valorizando diferentes instrumentos, com abordagens qualitativas e quantitativas de um processo sistemático de investigação.

A participação dos atores internos e externos garante a credibilidade do produto e do processo avaliativo.

20 Política de Comunicação e Marketing

Para a integração interna da comunidade universitária e acadêmica, a FAFIMAN disporá de uma política de comunicação voltada à divulgação das ações de gestão e de administração geral.

Além da comunicação interna, requer-se também a comunicação com a comunidade externa. A instituição promoverá a divulgação de uma imagem de seus serviços à população, articulando sua história, seus objetivos e atividades atuais e suas projeções para o futuro. Trata-se de uma proposta de responsabilidade social.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. J. **A universidade possível** – experiências de gestão universitária. Londrina: Cultura/ UEL, 2001.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. Imaginários universitários em questão. In: **Anais do I Seminário sobre Cultura, Imaginário e Memória da América Latina**. Curitiba, UFPR, 2008.

BRASIL. **Avaliação externa de instituições de educação superior**. Brasília. MEC/CONAES/IPEA. 2006.

_____. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira**. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Fórum de revisão das áreas temáticas, linhas de ações de extensão**. Brasília: MEC, 2004.

BORDENAVE, J. **Estratégias de ensino aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, M. **A universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede, 1999.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Deliberação CEE/PR nº 01/10**. 2010. Disponível em: < www.cee.pr.gov.br >. Acesso em: 6 fev. 2017.

FUNDAÇÃO FAFIMAN. **Plano de desenvolvimento institucional da FAFIMAN**. Mandaguari: FAFIMAN, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. A pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992, Coleção Educar.

REALE, M. **Filosofia do direito**. 20. ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTOME, J. **Globalização e interdisciplinaridade** – o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOBRINHO, J. D. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Projeto político-pedagógico institucional da UEL**. Londrina: UEL, 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto político-pedagógico da UFSM.** Santa Maria, 2000.

VEIGA, I. P.A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papyrus. Disponível em: <<http://www.prg.unicamp.br>>. acesso em: 6 fev. 2017.